



# XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **20/08/2019**

Aprovado em: **20/08/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.01.09>

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E OS REBATIMENTOS NA EDUCACAO  
BRASILEIRA / STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL, NEOLIBERALISM AND REHABILITATIONS IN  
BRAZILIAN EDUCATION / CRISIS ESTRUCTURAL DE CAPITAL, NEOLIBERALISMO Y  
REHABILITACIONES EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

DEBORA RODRIGUES SANTOS, INGREDI PALMIERI, LARYSSA GABRIELLA GONCALVES DOS  
SANTOS

---

## RESUMO:

A partir da década de 1970, o capitalismo contemporâneo enfrentou uma crise de cunho estrutural. Em resposta à crise, foram criadas estratégias para voltar aos padrões de lucratividade, como o receituário neoliberal, que se propagou e atingiu os países, sobretudo, os periféricos, como o Brasil, que aderiu ao programa nos governos Collor, FHC e Lula/Dilma. O foco das reformas recaiu, especialmente, nas políticas sociais, a exemplo da Política Educacional. Nesse sentido, retomamos o debate acerca da crise estrutural do capital e os rebatimentos na política da Educação. Para desvendar as contradições do tema proposto, fundamentou-se a reflexão no materialismo histórico dialético por considerá-lo o método mais apropriado para revelar as suas causalidades, apreendendo-se as mediações que lhes são inerentes à luz da totalidade.

Palavras-chave: Crise Estrutural do Capital, Neoliberalismo, Educação.

## ABSTRACT:

From the 1970s, contemporary capitalism faced a structural crisis. In response to the crisis, strategies were created to return to profitability standards, such as the neoliberal prescription that spread and reached the countries, especially the peripheral ones, such as Brazil, which joined the program in the Collor, FHC and Lula / Dilma governments. . The focus of the reforms was especially on social policies, such as the Educational Policy. In this sense, we resume the debate about the structural crisis of capital and the rebounds in the politics of education. To unravel the contradictions of the proposed theme, the reflection on dialectical historical materialism was based on considering it the most appropriate method to reveal its causalities, grasping the mediations inherent to them in the light of wholeness.

Keywords: Capital Structural Crisis, Neoliberalism, Education.

## RESUMEN:

Desde la década de 1970, el capitalismo contemporáneo enfrentó una crisis de naturaleza estructural. En respuesta a la crisis, se han ideado estrategias para volver a los estándares de delucratividad, como la prescripción neoliberal, que se ha extendido y ha llegado a los países, especialmente a los periféricos, como Brasil, que se unió al programa en los gobiernos de Collor, FHC y Lula / Dilma. El enfoque de las reformas fue especialmente en las políticas sociales, como la Política Educativa. En este sentido, reanudamos el debate sobre la crisis estructural del capital y los rebotes en la política educativa. Para desentrañar las contradicciones del tema propuesto, la reflexión sobre el materialismo histórico dialéctico se basó en considerarlo el método más apropiado para revelar sus causalidades, aprehender las mediaciones inherentes a ellos a la luz de la totalidad.

Palabras clave: Crisis estructural del capital, Neoliberalismo, Educacion

## INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi marcada por uma crise estrutural do capitalismo contemporâneo que afetou a economia global. Em resposta à crise, o sistema capitalista criou estratégias para retomar os padrões de lucratividade e manter seu processo de valorização. Uma dessas estratégias foi o neoliberalismo, que se fundamenta na ideia do Estado mínimo, com vistas às restrições na garantia de emprego, diminuição dos impostos sobre o capital, diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais. Exemplo disso são as reformas na Política Educacional, com vistas a responder as demandas do capital internacional.

Com o objetivo de compreender os rebatimentos do neoliberalismo na política social da Educação no Brasil, este artigo foi organizado em três itens, quais sejam: A crise estrutural do capital e suas determinações na atualidade; Apontamentos do projeto neoliberal no Brasil; A educação enquanto direito social e sua configuração no neoliberalismo

## A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS DETERMINAÇÕES NA ATUALIDADE

O modo de produção capitalista fundamenta-se na produção da mais-valia que gera a acumulação de riquezas. Na mesma direção de Marx, Mészáros (2009, p. 99) entende que o sistema do capital tem sua *raison d'être* na “extração máxima do trabalho excedente dos produtores”. Nesse sentido, o sistema do capital baseia-se na “expansão” e é movido pela “acumulação”. Segundo Mészáros (Idem, p. 100), essa é a sua “determinação mais profunda”.

Em contrapartida, o que deveria ser um dinamismo constante e que fortalecesse cada vez mais esse princípio do capital, também contém o seu limite tendo em vista que se esse sistema for “emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação” terá “consequências devastadoras” (Ibidem, p. 100). Ou seja, o sistema do capital é passível de crises cíclicas inerentes ao seu desenvolvimento revelando certa “normalidade” destas crises. Não obstante, essas “perturbações” também podem se caracterizar como implicações de ordem “sistêmica”, ou melhor, “estrutural”, o que nas palavras do referido autor representa uma crise que

[...] afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social (MÉSZÁROS, 2009, p. 100).

Seria muito contraditório compreender que um sistema de produção contivesse os próprios elementos da sua inviabilidade e necessidade de substituição por outro modo de produção. Mas nos moldes do capitalismo, isto é possível fundamentalmente porque num contexto de crise estrutural do capital os seus elementos “destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrollabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral” (Mészáros, 2009, p. 100).

Nesta perspectiva, Mészáros assevera que “não há nada especial em associar-se capital a crise”, pois estas crises são “o modo *natural* de existência do capital”, caracterizam como “maneiras de progredir para além das suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. Assim, mesmo que contraditoriamente, “a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises” (Idem, p. 795).

Ao analisar a crise estrutural do capital que vivenciamos desde a década de 1970, Mészáros afirma que sua novidade histórica se explicita em quatro aspectos, quais sejam: possui um caráter universal que não se restringe a uma esfera particular; seu “alcance é verdadeiramente global” sendo que atinge todos os países; sua escala de tempo é “extensa, contínua”, ou melhor, é “permanente” em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período; seu “modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”.

Há que se destacar o caráter de severidade da crise estrutural, pois esta se aprofunda cada vez mais e tem em seu bojo critérios que se baseiam principalmente em afetar a *totalidade* “de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Idem, p. 797). Aí reside a diferença da crise estrutural à cíclica tendo em vista que esta só atinge algumas partes do complexo social e àquela altera substantivamente a totalidade do sistema do capital. Nesses moldes, a crise estrutural tem a possibilidade de “pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global”, daí a sua severidade em relação às partes do complexo que são atingidas pela crise.

Nesse momento, é preciso entender que o sistema do capital possui limites que podem ser relativos ou absolutos. Mészáros (Idem, p. 103) afirma que os *limites relativos* são os que o capital “redefine e estende” e através dos quais consegue seguir adiante sob diferentes circunstâncias para “manter o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente”. Em outra passagem, Mészáros (Idem, p. 175) diz que estes limites relativos do sistema do capital são os que “podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva [...] da ação socioeconômica” conseguindo temporariamente tornar mínimos “os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura” para garantir o funcionamento do sistema capitalista.

No que concerne aos *limites absolutos*, Mészáros (Idem, p. 175) assegura que são aqueles que de maneira inevitável põem “em ação a própria estrutura causal” do capitalismo implicando na sua crise estrutural e, por conseguinte, no risco da sua própria sobrevivência enquanto modo de reprodução. Sendo assim, Mészáros identifica que:

Somente quando os limites absolutos das determinações estruturais mais internas do capital vêm à tona é que se pode falar de uma crise que emana da baixa eficiência e da assustadora insuficiência da extração do trabalho excedente, com imensas implicações para as perspectivas de sobrevivência do próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 103).

Portanto, a atual fase do capitalismo “ameaça privar o sistema do capital em geral de sua *raison d'être* histórica” (Ibidem, p. 104). O ponto central para entender a crise estrutural é que ela “reside dentro e emana das três dimensões internas” do capital que consistem na produção, no consumo e na circulação/distribuição/realização. Conforme Mészáros (Ibidem, p. 798), estas dimensões tendem a se “fortalecer e a se ampliar por um longo tempo” provendo a reprodução do capital. Essa tríade consiste no mecanismo de auto-expansão do capital e possui uma “unidade contraditória” e enquanto estiver funcionando não pode haver qualquer crise estrutural. Ou seja, a crise estrutural pressupõe a alteração na totalidade desse compósito do capital em todas as suas dimensões visto que cada uma delas possui seus limites absolutos e estes interagem entre si. Por exemplo, os limites absolutos da produção são “expressos pelos meios e materiais de produção”.

Nesses termos, a crise estrutural do capital significa que “a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores”, ela inclina-se a “romper o processo normal de crescimento” e também “pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (Idem, p. 799).

Em plena concordância com o pensamento de Mészáros (2009, p. 98) compreendemos que o capital

é “um modo de controle que se sobrepõe a tudo mais”. Dessa forma, tudo deve se subordinar absolutamente ao capital, a exemplo de “todas as necessidades e aspirações humanas” (Idem, p. 800). A crise do capital possui um caráter destrutivo e afeta todas as esferas de atividades e o conjunto de relações humanas, produzindo “consequências desumanizadoras”. Baseando-se nessa premissa, podemos dizer que a crise estrutural do capital evidencia as contradições do sistema capitalista e o seu caráter antagônico, onde quanto mais se trabalha, mais se intensifica a miséria do trabalhador. O contexto atual permeado pela crise estrutural do capital explicita as manifestações da questão social no real, a exemplo das consequências analisadas abaixo.

Atualmente a lógica perversa do capital é indicada pela “devastação sistemática da natureza” e pela “acumulação contínua do poder de destruição”. Sobre isto, Mészáros (Idem, p. 801) afirma que “ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis de milhões de famintos”. É imperativo ressaltar que esse cenário ocorre mundialmente, sem distinção entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

O capital gera o conflito geracional crescentemente opondo jovens e velhos de acordo com as necessidades de acumulação. Os seres humanos são expostos à negação da oportunidade de trabalho e tornado “absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital”. Segundo Mészáros (Ibidem, p. 802), “o grupo etário da ‘geração útil’ está encolhendo para uma faixa entre 25 e 50 anos, opondo-se *objetivamente* às ‘gerações indesejadas’, condenadas pelo capital à inatividade obrigada e à perda da sua humanidade”. Nesse sentido, o capital “pode produzir somente as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do indivíduo social autônomo, de modo a negá-las imediatamente”, quando ocorrem as crises que lhe são inerentes.

Mais adiante, o autor considera que o capital manifesta suas contradições. Nesse sentido, ressaltamos que o capital “tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua ‘cultura jovem’ e a arruína”; “ajuda a liberar as mulheres para melhor poder explorá-las como membros de uma força de trabalho muito mais variada e convenientemente ‘flexível’” (Ibidem, p. 802).

O desemprego aumentou de forma significativa na sociedade capitalista no século XX atingindo todos os tipos de trabalhadores do mundo em uma escala crescente e sem limites. Segundo Mészáros (2009, p. 225), o desemprego em massa é a “mais grave das doenças sociais” e vem assumindo “proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista”. Assim, os parâmetros do desemprego agravam-se com a crise estrutural do capital, ocasionando o aumento de outros problemas sociais e econômicos, como a pobreza, a violência, a redução do padrão de vida dos trabalhadores, a flexibilidade do trabalho e, com ela, a intensificação da precarização da força de trabalho que buscam a todo custo uma maior exploração do trabalho.

Diante do exposto, percebemos que nesse panorama de crise estrutural do capital, abrem-se as “potencialidades objetivas” de outra forma de sociabilidade em que o princípio determinante não seja a exploração de um homem por outro com vistas a acumulação e a expansão do capital. Nesse caso, estamos falando da necessidade de fortalecer a validade da ofensiva socialista na contemporaneidade em meio às consequências da crise estrutural do capital que vivenciamos no cotidiano. Para Mészáros (2009, p. 789), aquelas potencialidades são “inerentes à crise estrutural do próprio capital”. Nessa direção, é condição premente que se acentue e ultrapasse sua contradição principal: “a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar essa potencialidade em *realidade*” (Idem, p. 789). Mészáros afirma que é necessário fortalecer as lutas ofensivas em conformidade com os fundamentos socialistas em detrimento das lutas meramente defensivas que são essencialmente reformistas, pois não alteram a ordem estabelecida.

Nesse direcionamento, concordamos com Mészáros (Ibidem, p. 216-217) ao afirmar que “todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalescente mude para um modo qualitativamente

diferente”. Por conseguinte, com a ativação desses limites absolutos está posta a determinação contemporânea e urgente de “superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico”, principalmente diante do poder destrutivo do capital e dos graves problemas que atingem a humanidade.

Em contraposição ao argumento dominante da ausência de alternativas ao capital com seu caráter insuperável, Mészáros (2009, p. 220) nos permite a certeza da possibilidade real do fim desse perverso sistema capitalista ao enfatizar que o termo *limites absolutos* “não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido”. O referido autor destaca que tais limites são absolutos “apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico”.

Este pensador (Idem, p. 220) garante a centralidade da classe trabalhadora no processo de transformação da ordem capitalista ao dizer que “vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional”. Deste modo, elucida a possibilidade histórica de outro rumo para a sociedade atual que requisita a “luta para superar os ameaçadores limites absolutos do sistema do capital” que, conseqüentemente, “tende a determinar os planos históricos no futuro previsível” (Ibidem, p. 221).

A ativação dos limites absolutos do capital permite a ativação do espectro da incontrollabilidade total e destrutiva do capital enquanto sistema reprodutivo social. Assim, fazem com que as “condições necessárias para assegurar e manter o bom funcionamento do sistema” escape “ao controle do capital” (Ibidem, p. 226).

As expressões da ativação dos limites absolutos do capital representam um “conjunto de grandes contradições” próprias ao sistema do capital. As questões discutidas por Mészáros são: o antagonismo estrutural inconciliável entre o capital transnacional e os Estados nacionais; a destruição e devastação do meio ambiente; a liberação das mulheres; e o desemprego crônico.

Mészáros (Ibidem, p. 226) explicita que “esses limites absolutos do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias” são “inerentes à lei do valor”. Em seguida lembra que não obstante esses “quatro conjuntos de determinantes” terem sido positivos para a “expansão dinâmica” e ao “avanço histórico do capital”, eles já “não podem mais continuar sendo positivamente sustentados”. Sobretudo porque devido à “ameaça da incontrollabilidade do capital” nas condições atuais eles “já não representam apenas uma *ausência*”, mas “um *impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital” (Mészáros, 2009, p. 227).

Corroboramos com a tese de Pimentel (2007, p. 132) ao considerar que “ao expor os limites absolutos do capital, Mészáros acaba por revelar expressões das refrações da ‘questão social’” em tempos de crise estrutural do capital. Assim, o desemprego, a luta das mulheres, a destruição da natureza e a relação entre o capital global e os Estados nacionais revelam manifestações da “questão social” em tempos de crise estrutural do capital.

## APONTAMENTOS DO PROJETO NEOLIBERAL NO BRASIL

Neste momento em que a crise estrutural do capital atinge diversas esferas da vida em sociedade, o neoliberalismo se coloca como uma das faces dos limites que tal crise impõe às relações no âmbito do Estado com a sociedade. Dessa forma, o neoliberalismo se desenha e ultrapassa as questões de natureza econômica, é “parte de uma redefinição global do campo político- institucional e das relações sociais.” (SOARES, 2002, p.12). A análise dessa autora ainda destaca que o receituário neoliberal implica na segregação entre público/privado, valorizando esse último em convergência com a ótica mercantil, donde a defesa da redução do papel do Estado ocorre, especialmente, no que se refere à garantia dos direitos sociais.

O neoliberalismo se caracteriza por sustentar que não existe solução fora do modelo que propõe: uma confiança cega na dinâmica do mercado. Os liberais sustentam que uma crise é sempre consequência de comportamentos viciados derivados de um Estado onipresente. (SALAMA, 1995, p. 178).

“A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de ‘diminuir’ o Estado e cortar as suas “gorduras”, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia.” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 227). Desse modo, as orientações de cunho neoliberal se propagaram, sobretudo para os países da periferia capitalista como o Brasil.

Para compreender brevemente as ações neoliberais, faz-se necessário considerar as transformações da década de 1980 e 1990, em que o capital luta pela própria regeneração, tendo em vista a última crise, com o intuito de manter sua reprodução, sobretudo nos países em desenvolvimento e, neste caso, o Brasil. O elemento motor do sistema, no plano das configurações do Estado, é o neoliberalismo. No país, a ofensiva neoliberal se iniciou no governo Collor, passando pelo governo Itamar Franco, consolidando-se com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e nos governos Lula e Dilma Rousseff. É nesta perspectiva que a

[...] inserção do país na lógica neoliberal, como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, tem sido apresentada pelos setores dirigentes como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial. A perspectiva neoliberal é, nesse contexto, ideologicamente difundida apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma, e o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital. (DOURADO, 2002, p. 237).

No Brasil, o neoliberalismo teve uma inserção retardatária, sendo que as primeiras medidas foram registradas nos anos 1990.

Acerca desse “atraso”, é possível aduzir um fator de suma importância como forma de retardar o advento neoliberal em nosso país. A ampliação da frente política de oposição ao regime militar no momento final da crise desse regime – acordos para a eleição direta de Tancredo Neves e José Sarney. Tal estratégia estreitava as possibilidades de política econômica. Além deste, temos a crescente mobilização social durante os anos 70 e 80 representada no novo sindicalismo, no MST e posteriormente no PT [...]. (CARINHATO, 2008, p. 39).

No país, os primeiros sinais do neoliberalismo foram identificados no governo Collor, e, posteriormente intensificados na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como ministro do Governo Itamar Franco, FHC criou o Plano Real, garantindo saldo positivo que o fez vencer as eleições presidenciais, em 1994.

O Plano Real descende mais ou menos diretamente do Plano Cruzado. Os seus principais teóricos – André Lara Rezende e Pêrsio Arida – tiveram papel

de destaque na formulação de ambos. O modelo formulado por eles era duma estabilização obtida mediante a indexação geral e uniforme de todos os valores de modo a neutralizar os efeitos distributivos da inflação. Eles supunham que, quando a inflação deixasse de beneficiar e de prejudicar uns ou outros, seria fácil e indolor eliminá-la mediante a substituição do padrão de valor, ou seja, através duma simples reforma monetária. (SINGER, 1999, p. 25).

Na sua gestão, FHC, deu prosseguimento ao projeto de estabilização da economia e o fim da hiperinflação. O governo adotou a proposta de desregulamentação da economia, defendendo a tese da abolição da regulação estatal sobre os preços; as relações nesse novo contexto foram mediadas pelo livre jogo do mercado. O Estado, enquanto interlocutor econômico e produtivo, elaborou outra estratégia forte, a privatização das empresas estatais. Ideologicamente, esse mecanismo funcionou, pois se apoiou na ideia de que o setor público era inútil e ineficiente, em contraposição ao privado, que alavancava o crescimento econômico. (SOARES, 2002). As estratégias traçadas coadunaram com os ditames dos organismos internacionais e caracterizou-se como uma “contra-reforma” do Estado, por estimular a competitividade e reduzir o papel do Estado na oferta de gastos sociais. (BEHRING, 2008). O programa conduzido por FHC não extinguiu a política social,

[...] mas a situa numa ótica inteiramente diversa daquela que está inscrita na Constituição de 1988. No projeto de FHC, a política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica, que por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande capital. (NETTO, 1999, p. 87).

Nesse período houve um ataque à política social, especialmente à seguridade social (saúde, previdência e assistência social) que foi legitimada pela Constituição Cidadã de 1988. A seguridade foi um marco na garantia dos direitos sociais ao apresentar um novo modelo de proteção social, calcado na ótica universalista dos direitos. A partir de FHC, a seguridade não foi assegurada nos termos constitucionais.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: **a privatização, a focalização e a descentralização**. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 156, grifos dos autores).

Neste cenário de contra-reforma se configura o estabelecimento de um Estado mínimo que cumpre algumas funções básicas, com destaque para programas de renda mínima. “É claro, portanto, que objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação dos direitos sociais.” (BRAZ; NETTO, 2010, p. 227).

O receituário neoliberal projetado por FHC atingiu todas as esferas da sociedade brasileira, sobretudo no que se refere ao social. “Para dizer de forma sintética: a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária. (NETTO, 1995, p. 32). A “era FHC”,



caracterizada pelo “boom” das privatizações e ênfase na economia, foi um governo em prol do grande capital. A centralidade do Plano Real como medida responsável pela estabilidade econômica se desdobrou em um atrativo permanente para o capital rentista e respondeu pelas bases do crescimento econômico posterior. Destacou-se, ainda nesse período, uma grande dívida do setor público, o agravamento da vulnerabilidade no país, altas taxas de desemprego e, especialmente, o investimento pífio em políticas sociais.

Diante das orientações emanadas do capital propagaram-se algumas alterações na estrutura social, realizando-se reformas como parte do plano do sistema, para orientar a política dos países em crescimento e submetê-los aos seus ditames econômicos. O conceito de *reforma*, na perspectiva neoliberal, está atrelado ao desenvolvimento econômico, criando novas formas para se valorizar, a partir de medidas que deixem o capitalismo livre para se alastrar por todas as dimensões da vida social.

Conforme Behring (2003), os neoliberais utilizam indevidamente o termo reforma, sendo que o mesmo deriva do movimento operário socialista, simbolizando, naquele contexto, estratégias revolucionárias em prol dos trabalhadores. Compreende-se que a lógica neoliberal não tem vinculação política com os trabalhadores, e sim com a classe dominante, e assim entende-se um desvirtuamento no uso do termo reforma para a conjuntura de 1990. A autora denominará essa conjuntura e sua política, não como uma reforma, mas sim como “contra-reforma”. Esta se caracteriza como um processo de regressão dos valores coletivos, objetivando a privatização, abertura comercial, diminuição de recursos para área social, flexibilização das relações trabalhistas, dentre outros.

A contra-reforma se materializa nessas ações do Estado e do capital para manter a estabilidade econômica, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Na realidade, essas medidas reforçam a cultura do privado em detrimento do público, favorecendo aos detentores dos meios de produção e, conseqüentemente, à exploração cada vez mais desumana da maioria trabalhadora. O desenvolvimento daquele discurso reformista dos anos 1990 terá forte representação com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-operário do Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a presidência do Brasil em 2003.

Havia uma expectativa de que tal governo fosse conduzido segundo as demandas da classe trabalhadora. Entretanto, para atingir o poder, o PT articulou-se com várias forças políticas, tendo em vista o fracasso nas eleições anteriores, em que Lula já tinha tentado a presidência. Em função de compromissos oriundos dessas alianças observou-se que este governo não correspondeu às expectativas dos trabalhadores e manteve diretrizes neoliberais, consolidadas por FHC, no conjunto das decisões referentes à política macroeconômica e também às políticas sociais.

No que diz respeito aos governos Lula e Dilma, verificou-se, de alguma forma, as mesmas tendências de reformas realizadas anteriormente. O ponto em comum desses governos, sem dúvida, é a vinculação ao grande capital, gerindo o país sob a ótica do mercado. O governo Lula aderiu, principalmente, à programática neoliberal, ostentada por FHC se apresentando como um governo

[...] servil ao grande capital internacional. Este mesmo Estado vem sendo sistematicamente enfraquecido em seus instrumentos reguladores da economia. Torna-se, com o governo petista, cada vez mais mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, para lembrar a feliz caracterização de Netto. Por tal característica, assume o papel de facilitador dos negócios do capital, procurando desvencilhá-lo de qualquer mecanismo inibidor da acumulação, livrando-o de quaisquer constrangimentos institucionais e políticos. (BRAZ, 2004, p. 55- 56).

A gestão de Lula fortaleceu parcerias com os organismos internacionais como já era feito antes, no governo de FHC. Ressalta-se o vínculo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial (BM) respondendo às suas exigências, o que ocasionou em rebatimentos nas áreas da saúde, educação, dentre outras. Em razão disso, muitos países recorreram a empréstimos das agências financiadoras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para se reestruturarem economicamente. Em contrapartida, esses países tiveram que aceitar reformas. (MARONEZE; LARA, 2009).

Essas reformas estruturais de cunho neoliberal — centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado — assumem uma convergência forçada nas medidas recomendadas pelo Banco Mundial, que ganham força de doutrina constituída, aceita por praticamente todos os países. (SOARES, 2002, p. 17).

Nesta perspectiva, o capitalismo criou mecanismos para “se infiltrar” nas múltiplas dimensões da vida social, sendo a educação um alvo propiciador, tanto do crescimento econômico como de “alívio da pobreza dos países em desenvolvimento” (LEHER, 1998, p.84). O Banco Mundial, uma das referências deste sistema, classifica-se como um “ditador de regras” para os outros países, ou seja, a “orientação” é, ao mesmo tempo, uma propagação da política educacional em prol do grande capital. A educação, nesse direcionamento, possui a capacidade ideológica de garantir as determinações do capital, como potencial de acumulação e como mola impulsionadora da concepção de que a educação é solução para os problemas, sobretudo para o desemprego. O investimento na educação, mediante orientação dos organismos internacionais, como o BM, verifica nessa dimensão, a oportunidade de operar o sistema de forma diferente.

A prioridade conferida à Educação, à primeira vista algo inusitado e surpreendente, adquire sentido se investigada no âmbito do ajuste estrutural e mais amplamente, no escopo da ideologia da **globalização**. A reforma dita estrutural do sistema educacional constitui um dos pilares ideológicos do neoliberalismo, cabendo à Educação o precioso papel de prover esta ideologia, tão redutora de direitos sociais e do trabalho, de brechas para o futuro das pessoas, das regiões e dos países. Em contradição com a dinâmica concreta do mundo do trabalho, a Educação é concebida como o meio por excelência para melhores empregos e maiores salários, não apenas para uma minoria (como ocorre no mundo do trabalho real), mas para todos. Em suma, “é como se” a Educação pudesse ser o principal meio para a distribuição de renda no por vir. Se não houvesse estas brechas, ainda que proclamadas, dificilmente o neoliberalismo teria a força “operatória” de que dispõe. Neste sentido, a investigação da formulação educacional do Banco Mundial adquire um caráter estratégico, pois, com ela, podemos nos aproximar do núcleo sólido da ideologia neoliberal. (LEHER, 1998, p.85- grifos do autor).

A proposta do BM para os países emergentes é focalizar no desenvolvimento da educação básica, como medida para aliviar os problemas sociais, como a pobreza. Desse modo, a educação é tratada como ferramenta de ajuste às mudanças capitalistas. Na ótica do BM é preciso garantir o mínimo de educação para os pobres, para que esses sirvam futuramente ao desenvolvimento das potências capitalistas, como os EUA. Ao influenciar as políticas dos países periféricos, o BM defende que se os países seguirem as suas orientações, os investimentos irão ser atraídos, tanto internamente como investimentos estrangeiros. (LEHER, 1998). Além do BM, outras instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Internacional

do Trabalho (OIT) estabelecem regras para adequar a educação ao mundo do trabalho. Essas instituições formulam, supervisionam e financiam políticas educacionais para os países emergentes, a exemplo do Brasil, com a expectativa de capacitar a força de trabalho para suprir as demandas capitalistas. A OIT, por meio do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional (CINTERFOR), em parceria com os governos de cada país latino americano, estruturou políticas de formação e de certificação pautadas em competências profissionais. As orientações destas instituições é dar centralidade à educação e adequá-la ao modelo de desenvolvimento flexível e atender as demandas do mercado.

A educação, como uma das áreas mais atingidas pela ofensiva neoliberal nos governos Lula e Dilma, serviu como destino lucrativo para o capital. Nesta área, especialmente no campo do ensino superior, o Estado tem se utilizado da divulgação de uma “pseudo” democratização no acesso, pela via da expansão da oferta de cursos e vagas, majoritariamente concentrada no setor privado. Dados alarmantes comprovam tal expansão: “[...] em 2007 o Cadastro Nacional da IES (Inep/MEC, 2007) aponta a existência de 2.398 IES no país, sendo que 89,28% delas são de natureza privada”. (PEREIRA, 2008, p.158).

O Estado adotou medidas para tal “democratização”, com a intenção de acatar as exigências dos organismos internacionais que ensejam, discursivamente, que os países periféricos obtivessem os padrões educacionais de países desenvolvidos. Entretanto, os propósitos são, claramente, de outra natureza e estão relacionados, dentre outros objetivos, à ampliação das possibilidades de explorar a educação como campo de lucratividade para o capital em crise.

## A EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO SOCIAL E SUA CONFIGURAÇÃO NO NEOLIBERALISMO[i]

Diante do quadro de crise do capitalismo vivenciado no pós 1970, no qual o Estado passou por uma reestruturação e refuncionalização, impactando na consolidação e oferta das políticas sociais, a educação também foi alvo de alterações, configurando-se enquanto uma mercadoria necessária e valiosa à necessidade de expansão do capital, como também reduzindo-se a instrumento de alívio da pobreza, principalmente nos países periféricos. Castro (2009) tece uma crítica a essa relação entre pobreza e baixa escolaridade, afirmando que diversas variáveis tais como sexo, região, cor, dentre outras perpassam esse debate, sendo que tal relação não pode ser tomada de forma linear. Além disso, a presente autora afirma que tal ideia de vinculação entre educação e pobreza não faz referência a questão central da causa da desigualdade, qual seja, a renda e defende que nada confirma a tese de que a educação reduza a desigualdade. Todavia verifica-se na reforma educacional do Brasil nos anos 1990 o reaparecimento da educação como elemento de combate à pobreza.

Assiste-se também à difusão da ideia de ascensão social por meio da educação no contexto de crise estrutural da atualidade, ideia esta pregada principalmente por organismos internacionais como Banco Mundial, Unesco, OIT, CEPAL, entre outros (BATISTA, 2012). Em consonância com tal ideia, verifica-se a propagação de que as reformas educacionais, que integram o conjunto de reformas direcionadas às diversas políticas sociais através da reconfiguração do Estado, contribuem para a redução das desigualdades, na medida em que promove a igualdade de oportunidades (CASTRO, 2009).

Todavia, tais ideias são alvo de análises críticas, visto que o cerne das desigualdades, como visto no início desse texto, relaciona-se com a própria dinâmica do modo de produção capitalista e não da configuração da educação na atualidade, ainda que não se possa desprezar a contribuição que a educação tem na formulação de consensos de classe no processo de disputa hegemônica. Assim, é necessário cuidado na análise e exposição de tais opiniões no sentido de não falsear o movimento da realidade iludindo, principalmente, a classe trabalhadora.

Segundo Batista (2012), vivencia-se um revigoramento e adaptação de conceitos e ideologias da época de ouro do capitalismo, qual seja, a formação com enfoque na teoria do capital humano no contexto do capitalismo global, afirmação também expressa por Castro (2009). Esse revigoramento associa-se com o discurso da empregabilidade, empreendedorismo e noção de competências articuladas aos pilares do capitalismo no século XXI: saber fazer, saber aprender, saber ser, saber viver juntos, saber sonhar. Tem-se então uma ideologia da educação voltada para o trabalho e a cidadania e fundada na premissa do individualismo possessivo, no qual o ser é dotado de capacidades extraordinárias para resolução não só de problemas rotineiros, mas inusitados (BATISTA, 2012). Tal concepção de cidadania, alardeada principalmente pelos organismos multilaterais, a exemplo especificamente da CEPAL e UNESCO propaga que a educação voltada para a cidadania conduziria o indivíduo à participação na sociedade, garantindo-lhes autonomia, acesso à informação e capacidade de exercer sua cidadania de forma crítica. Tal retórica tem princípios neoliberais, afirmando o indivíduo possessivo.

Além disso, percebe-se a disseminação de uma educação focalizada no mercado de trabalho, por meio da capacitação e qualificação profissional que geram as novas competências e habilidades profissionais, as quais contribuem com a cidadania, visto que as mesmas proporcionam a empregabilidade dos indivíduos em qualquer situação, inclusive na de desemprego, uma vez que o mesmo pode sobreviver no mercado como empreendedor.

De acordo com Batista (2012) a principal disseminadora, no país, da ideia de educação exposta acima é Guiomar Namó de Mello. Tal teórica reforça a necessidade de reforma nos sistemas educativos do país, justificando que a mesma ajudaria a enfrentar os processos de revolução tecnológica dos processos produtivos e suas implicações sócio-políticas, ao tempo em que seriam mais eficientes e proporiam uma nova cidadania, visto que, “[...] o conhecimento e a capacidade dos indivíduos de selecionar e processar informações, somados à autonomia, criatividade e iniciativa, eram matérias-primas vitais para o desenvolvimento e a modernidade” (Ibidem, p.23). Além disso, para Mello, o intuito era conter novos mecanismos de seletividade e exclusão social a partir da preparação da sociedade para incorporar os avanços tecnológicos, utilizando-os para uma melhor qualidade de vida.

Dessa forma, considerando as exigências dos novos padrões organizacionais e gerenciais tais como visão de conjunto, autonomia, iniciativa, capacidade de resolver problemas, flexibilidade (MELLO, 1993 *apud* BATISTA, 2012), estas nortearam a reforma da educação inserida no contexto da reforma do Estado na década de 1990. Sob a ótica das transformações no sistema produtivo e da construção de uma cidadania política que elimina as questões de classe e a contradição capital/trabalho, a educação e a escola deveriam dar conta da formação de um novo perfil de trabalhador por meio de algumas competências e habilidades, as quais seriam os novos desafios educacionais. São elas: compreensão, pensamento analítico e abstrato, flexibilidade de raciocínio para entender novas situações e solucionar problemas, iniciativa, liderança, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho, habilidade de comunicação.

Corroborando com Batista (2012), tal concepção de cidadania política defendida pela reforma se reduz à aparência e secundariza os fatos reais como o desemprego, trabalho precário, temporário, subcontratado e que exerce múltiplas funções. Diante da crença de que o mundo atual não é mais marcado pelas contradições do capital com o trabalho, decorrentes dos antagonismos de classe, numa postura de aversão à crítica do sistema, a reforma exige uma educação escolar voltada para valorização da ética da austeridade e da convivência mais solidária.

Ressaltam-se ainda outras exigências oriundas do ideário das reformas na educação, como o dever da escola em desenvolver os “códigos da modernidade”: ler, escrever, contar, expressar-se e resolver problemas, dando prioridade ao atendimento das necessidades primárias de aprendizagem, visto que estes são instrumentos necessários para a vida na sociedade da informação, onde o conhecimento é fator decisivo para a melhoria de vida, desenvolvimento produtivo com equidade e exercício da

cidadania. Além desses códigos, três elementos são relevantes para as estratégias nacionais de educação: capacidade de resolver problemas (exige flexibilidade e adaptabilidade a novas situações), capacidade de tomar decisões fundamentadas e capacidade de continuar aprendendo (Ibidem).

Frente ao exposto, Batista (2012) tece as seguintes ponderações a fim de captar essência que se esconde nessa propagada concepção de educação na atualidade:

[...] Como pensar, na sociedade do estranhamento, na ética da austeridade? Como argumentar a favor de uma construção da solidariedade por meio da cidadania política e, ao mesmo tempo, articulá-la com os conceitos burgueses de produtividade e competitividade? Como pensar em indivíduos solidários, quando se é negada toda a possibilidade de transformar a realidade para construir outra forma de sociabilidade? Isso só se explica se considerarmos a ideologia do capitalismo manipulatório, porque desde o século XIX a crítica marxiana já “desocultou” o fato de a “essência” do mercado constituir-se no lucro (Ibidem, p.29, grifos do autor).

Verifica-se na reforma uma concepção instrumental e reducionista da educação, atreladas às demandas do processo produtivo com uma visão utilitária que desvincula política de histórica, se prende ao presente (hoje e agora) e não se importa com o passado e com o futuro, pois não reconhece a possibilidade de transformação da realidade através dos interesses coletivos de classe, prometendo uma emancipação independente da sociedade em que se vive. Tal desprezo pela história nega a importância da transmissão do conhecimento, já que este é considerado ultrapassado, retrógrado e autoritário e valoriza o que o indivíduo aprende sozinho a partir de suas experiências

Em síntese:

[...] a retórica que persiste na necessidade de elevar a educação e qualificação do indivíduo – visando garantir-lhe a emancipação conquistada pela inclusão no mercado de trabalho por meio de competências cognitivas, voltadas para a construção da empregabilidade, garantindo, assim, a sua cidadania – é um embuste ideológico. Esse serve para ocultar e falsear a realidade, negando as contradições concretas de uma sociedade alienada, reificada e fetichizada. (Ibidem, p. 32).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a crise estrutural afeta a totalidade do sistema do capital em suas dimensões internas (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), rompendo com o processo de crescimento e evidenciando suas contradições. A partir da análise de Mészáros, verificamos que o capital subordina todas as esferas da vida social, por conseguinte, traz consequências para a “questão social” em nível mundial a partir do aumento significativo da fome; dos conflitos geracionais entre jovens e velhos; da liberação das mulheres para uma maior exploração; e do desemprego, que acarreta na redução do padrão de vida e na flexibilidade e precarização do trabalho, ou seja, na maior exploração daqueles que estão inseridos no exército ativo de trabalhadores. Também observamos os rebatimentos para as políticas sociais que tem sido cada vez mais sucateadas e precarizadas, a exemplo da política de Educação.

No entanto, não se pode vincular as transformações no âmbito educacional somente às necessidades de acumulação do capital, assim como nas demais políticas sociais. Elas têm a dimensão de luta dos

trabalhadores. A educação, enquanto reprodutora das relações sociais, expressa o espaço de luta de classes contido em tais relações, veiculando ideologias dominantes e contraditórias (NEVES, 1991 *apud* Pereira, 2008). Portanto, fazendo referência à concepção gramsciana, a educação se constitui enquanto aparelho privado de hegemonia, necessário para a conquista de direção da sociedade civil e inserida na dimensão da luta de classes (PEREIRA, 2008).

## REFERÊNCIAS

BATISTA, R. L. A ideologia do capital na crise: Trabalho, educação e cidadania. In: ALVES, G; BATISTA, R. L; MONTEIRO, A. (Orgs.). **Trabalho e sociabilidade**: perspectivas do capitalismo global. Bauru: Canal 6, 2012.

BEHRING, E. R. **Brasil e contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.78, p. 48- 68, jul. 2004.

BRAZ, M.; NETTO, J. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**. São Paulo, ano II, n.3, dez.2008. p.37-46.

CASTRO, A. T. B. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise das universidades e as cotas. In: BOSCHETTI et all (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DOURADO, L, F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARONEZE, L. F. Z; LARA, A. M. de. B. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado. In: **IX Encontro Nacional de Educação – EDUCERE**. PUCPR, Paraná, 2009. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3126\\_1394.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3126_1394.pdf) . Acesso em: mai. 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J.P FHC e política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: IVO, L. (org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.75-90.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

PIMENTEL, E. **Uma “nova questão social”?:** raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

SALAMA, P. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In GENTILI, P.; SADER, E. (orgs.). **Pós-neoliberalismo:** As políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 139-178.

SINGER, P. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. *In:* IVO, L. (org.). **O desmonte da nação:** balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 25-44.

SOARES, L.T. R. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil.** Buenos Aires, 2002. Disponível em:  
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>. Acesso em: abr. 2019.